

GESTÃO RURAL: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PEQUENO PRODUTOR NA AQUISIÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Rosana Aparecida Morgado

Profª Dra. Soraya Regina Sacco

Fatec Itapetininga – SP

e-mail: rosanaamorgado@gmail.com

RESUMO: A agricultura familiar desenvolve um papel crucial na economia brasileira, tanto no que diz respeito à empregabilidade, na produção dos principais alimentos da mesa do brasileiro, quanto em questões sociais, econômicas e ambientais. No presente texto, buscar-se-á traçar um perfil do pequeno produtor, que ainda apresenta muita resistência a mudanças e quando se dispõe a implantar melhorias em sua propriedade muitas vezes o faz de maneira desorganizada e sem planejamento. Muitos fatores podem contribuir para este quadro, tais como: baixa escolaridade do homem do campo, pouca informação e desafios de planejamento que são próprios das atividades agropecuárias.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Planejamento. Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Lamarche et al. (1993) a agricultura familiar é a “ideia de uma identidade entre família e exploração”. Na sua visão “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família”.

A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores e representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. Em geral, são os agricultores com baixo nível de escolaridade que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão de obra.

Estes dados foram comprovados através Censo Agropecuário 2006 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o censo mostra que o número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil é de 5.204.130, sendo que 4.367.902 (84,4%) deles são familiares.

Através destes dados nota-se que um grande número de pequenos agricultores ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, correspondente a 24,3% do espaço de todos os estabelecimentos brasileiros. Outro dado importante é a queda no número de trabalhadores

do campo, na década de 20 do século passado, eram nove pessoas por fazenda; foi para cinco na década de 70 e caiu para 3,2 trabalhadores em 2006. (NASCIMENTO, 2014)

O gerenciamento das unidades familiares de produção deixa a desejar por ser espontâneo e realizado com muita superficialidade. Este fato é ocasionado pela escassez e pobreza da terra, pela mão-de-obra de baixa qualificação e pela consequente descapitalização dos agricultores que exploram propriedades em regime de economia familiar. Como consequências são apontadas as formas precárias de comercialização, baixa escala de produção, falta de agregação de valor a produção, diversificação excessiva, pouca disponibilidade de formação e informação (BLUM, 2001).

Segundo Portugal (2002) um fator essencial é a questão da tecnologia. A tecnologia disponível deve ser analisada, pois quando bem usada tem se mostrado adequada e viável. Hoje há muitas pesquisas voltadas para uma adaptação das tecnologias para a agricultura familiar. A principal funcionalidade da tecnologia é aumentar a produtividade da terra e há hoje no mercado máquinas e equipamentos adaptados ao pequeno produtor, financiados por programas governamentais como o Pronaf, que oferece um longo prazo de pagamento para o produtor (podendo chegar a 10 anos).

Ainda segundo o autor, com a mecanização da agricultura familiar o principal intuito é eliminar a ociosidade da terra ou aperfeiçoar a produtividade do trabalho, sendo que o principal desafio é adaptar e organizar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis.

O agronegócio é um investimento de alto risco, sujeito a muitas variáveis, porém há vários modelos de sucesso no esforço de desenvolvimento, como as organizações de produtores, qualificação de mão de obra, crédito, produtos com valor agregado e emprego de tecnologias adequadas desenvolvidas pela pesquisa agropecuária (PORTUGAL, 2002).

No presente texto busca-se ratificar a existência de possibilidades viáveis ao pequeno produtor, com o intuito de desmitificar a ideia de que só há tecnologia para melhoria de agropecuária para o grande produtor, com alta renda. Através desta postura de conscientização evidenciar a inserção do pequeno produtor no processo de transformação do agronegócio no Brasil e no mundo em processo acelerado, que visa uma produção cada vez maior, num espaço menor e com maior qualidade.

2 GESTÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente, as questões que norteiam o âmbito rural são muito complexas, principalmente no tocante de que há uma ideia preestabelecida de que há pouco

desenvolvimento e poucas oportunidades de acesso aos avanços tecnológicos para este setor da economia – agronegócio, mais especificamente a agricultura familiar.

Para Bordenave (1985), esta visão está se transformando paulatinamente percebe-se que esta mudança se dá principalmente entre os grandes produtores que têm uma maior formação e acesso a mais informações, passando assim a entender a complexidade do agronegócio e de que se trata de um investimento de médio e longo prazo, com alto risco de investimento.

Segundo Martine (1989) o pequeno produtor, ainda tem uma visão peculiar da questão das tecnologias e suas contribuições à produção. A ideia de profissionais que possuem uma formação teórica, na maioria das vezes, é vista com desconfiança; e as novas gerações têm dificuldades para introduzir e/ou auxiliar em novas técnicas de manejo e/ou administração na atividade agropecuária que muitas vezes fundisse com questões familiares.

Ainda em tempos atuais nota-se que o pequeno produtor restringe suas atividades a uma produção basicamente familiar e imediatista (visa resultado em curto prazo); não tendo a visão da importância de administrar sua propriedade, sua produção, e isso é de uma importância vital, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor.

O planejamento é a abordagem sistemática de tomada de decisões (...), traz inúmeros benefícios que podem ser obtidos pela forma organizada de planejar. O mais importante é pensar no futuro dos negócios, antecipando os problemas antes que eles aconteçam. (SANTOS et al., 2002, p. 15)

A maioria dos pequenos produtores tem esta visão do ganho imediato, sem planejamento e a falta de informação dos mesmos faz com que não haja uma preocupação com um planejamento operacional da propriedade e da aquisição de novos equipamentos.

A visão imediatista do produtor impede que este faça cálculos que lhes permita projetar o futuro de tal forma que a aquisição de um equipamento que irá otimizar sua produção lhe pareça viável ou não.

De acordo com Santos et al. (2002) o planejamento permite que a administração conheça, *a priori*, os resultados operacionais de cada atividade da empresa rural, e em seguida, realize os acompanhamentos necessários para que esses objetivos sejam alcançados e que os possíveis desvios sejam analisados, avaliados e corrigidos.

Além da pouca formação do pequeno produtor, há também pouca informação, ou pouco interesse, muitas vezes por achar que já sabe de tudo o que é necessário para a viabilização de sua propriedade, ou por achar-se pouco capaz devido à baixa escolaridade.

Segundos dados do IBGE (2014), embora a escolaridade tenha aumentado entre os pequenos produtores, cerca de 43% dos proprietários de terra no país não possuem sequer o ensino fundamental completo.

É evidente que este planejamento na perspectiva do produtor rural é muito mais complexo, visto que a questão climática e de comercialização são muito instáveis e tais fatores impactam diretamente sobre sua capacidade de produção. Para Santos et al. (2002, p. 19) “o administrador rural não tem controle sobre os fatores externos (preço, clima, mercado, política de financiamento, transporte, disponibilidade de mão de obra, etc..). e deve conhecê-los para tomar as decisões favoráveis”.

À primeira vista tudo isto é muito complexo para o produtor, mas nos dias atuais vários meios permitem uma grande gama de informações, que se tornam essenciais para o pequeno produtor, como alguns exemplos, a Casa da Agricultura e a CATI, órgãos governamentais que podem fornecer informações e cursos ao produtor, e que normalmente tem uma unidade de atendimento municipal; e sites como a Emater e a Embrapa, que fornecem muitas informações, além de aplicativos que auxiliam nas tomadas de decisões (SILVA, 2008).

Ao se pensar na complexidade da administração rural, nota-se o quanto a informação e a formação do produtor podem auxiliar na coleta e a análise de dados que avaliarão a viabilidade da aquisição de novas tecnologias que beneficiem a propriedade e os benefícios reais que isto trará a propriedade, a médio e longo prazo e o impacto que isto trará às suas finanças em curto prazo.

A importância da modernização e da gestão rural data da Nova República (período iniciado em 1985 até os dias atuais), caracterizado por um movimento que deveria redemocratizar o país após mais de duas décadas do regime militar autoritário. Através deste movimento buscou-se a promoção humana integral do homem do campo, mas sem paternalismo, com uma perspectiva de que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde trabalha, fosse sujeito de suas ações como cidadão, que problematiza sua realidade e decide (RODRIGUES, 1997).

Ainda segundo o autor o progresso tecnológico é também um dos objetivos desse movimento, mas não se cogitava numa intervenção impositiva para a adoção de pacotes tecnológicos. Tenta-se viabilizar o progresso técnico e o aperfeiçoamento gerencial das minorias que historicamente tinham sido marginalizadas desse processo.

Segundo Bordenave (1985), toda mudança, visando o desenvolvimento acontece quando se inicia, entre os produtores, novas ideias, objetivando uma maior produtividade. Desta forma as inovações são difundidas e aceitas pelos produtores, para que estes as adotem efetivamente em sua propriedade. Há agricultores mais propensos a adotarem rapidamente as inovações, e estes serão imitados por outros de modo que o exemplo gera uma reação em cadeia até chegar aos agricultores mais relutantes.

Martine (1989), ao falar sobre a modernização recente da agricultura, caracteriza-a em três fases: período de modernização conservadora (1965-79) em que o Governo busca

promover a modernização através de subsídios; período de crise (1980-1985), caracterizado pela retirada do crédito subsidiado substituído pelo crédito dirigido; período pós-1985, marcado maximização de produção e as supersafras.

A evolução do crédito agrícola como forma de desenvolver o agronegócio no país, no seu início teve sua distribuição foi concentrada e dirigida para as regiões mais ricas do país, para os grandes produtores e para os produtos de exportação em detrimento das regiões menos desenvolvidas e carentes do país, como a região nordeste, dos pequenos produtores e dos produtos agrícolas destinados à alimentação básica da população (CARDOSO, 1985).

Segundo Lima (2001) no cenário atual, há uma preocupação latente com a agricultura familiar, pois esta é muitas vezes vista como inviável, desestruturada e fadada ao desaparecimento, e fruto do descaso de políticas públicas passadas.

Através desta problemática e da necessidade de modernizar e organizar a agricultura familiar é que surgiu em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar um programa de apoio técnico-financeiro, criado pelo governo federal através do Decreto n.º 1.946. Seu principal objetivo é estimular o desenvolvimento rural, através do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda, através de desenvolvimento sustentável que visa ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar (MAARA, 1996, p. 14).

Desta forma o principal objetivo deste programa voltado à agricultura familiar é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável, seja através de assessoria técnica, ou mesmo através de crédito que possibilitem a aquisição de equipamentos visando melhorias tecnológicas e de produção.

Para Dias e Bacha (1998), a mudança tecnológica apresenta-se intimamente ligada à variação da produtividade. Além da necessidade de ponderar a aquisição é necessário refletir sobre qual equipamento trará aumento a produtividade a um menor custo. O produtor muitas vezes não pensa na utilidade real do equipamento e nem no impacto que isto trará as suas finanças, mas muitas vezes pensa na questão da aquisição como forma de ostentação, sem organizar-se financeiramente para o impacto que esta aquisição trará para sua produção, o que muitas vezes acarreta em endividamento e em alguns casos na perda da propriedade.

Ao constatar a importância de analisar e planejar: a capacidade financeira, a capacidade de aquisição e os benefícios reais da produção; têm-se a real noção do quanto uma nova tecnologia pode alavancar uma propriedade ou determinar o seu fracasso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se fala da importância da agricultura familiar, e algumas ações já têm sido tomadas para implantar políticas e programas que beneficiam o pequeno produtor.

Mas quando falamos em informação, planejamento, e novas tecnologias, há paradigmas que impedem o avanço deste setor do agronegócio. Um setor tão importante da economia do Brasil.

Tudo isto reunido traz como consequência a falta de planejamento do homem do campo, que muitas vezes não enxerga sua propriedade como uma empresa, não pondera os riscos e as possibilidades, e conseqüentemente não faz aquisições viáveis e que realmente contribuirão para o aumento e melhoria da produtividade.

Toda esta reflexão tem um sentido único, a agricultura familiar é quem serve a mesa dos brasileiros e é chegada a hora de quebrar estes paradigmas e profissionalizá-la. Pois se faz urgente a necessidade de disseminar a questão do planejar, analisar e prever resultados, principalmente para o pequeno produtor, pois a propriedade muitas vezes é seu único bem, é sua moradia, seu trabalho, seu divertimento e sua fonte de renda, e um investimento mal planejado além de prejuízo pode acarretar a perda daquilo que lhe é essencial: “sua terra”.

REFERÊNCIAS

BLUM, R. **Agricultura familiar**: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

BORDENAVE, J. D. **O que é comunicação rural ?** Coleção Primeiros Passos - 2ed, 101-104 p. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985

CARDOSO, J. L. **Distribuição dos Financiamentos Relativos ao Crédito Rural no Brasil**: uma análise dos dados estatísticos de 1979 a 1983. Jaboticabal: FCAJ/UNESP, 1985, 33 p.

DIAS, R. S; BACHA, C. J. C. **Produtividade e Progresso Tecnológico na Agricultura Brasileira**: 1970-1985. v. 1, n. 3, p. 4-11 Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia Aplicada pela ESALQ/USP, Piracicaba, São Paulo, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 de fevereiro 2014.

LAMARCHE, H. et al. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, UNICAMP, 1993.

LIMA, I. A. **A extensão rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos planos municipais de desenvolvimento rural do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) no Estado de São Paulo**. 2001, f. 41. Tese (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade de Campinas SP.

MAARA. Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária. **PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.mpba.mp.br>>. Acessado em 07 de fevereiro de 2014.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Brasília: IPLAN, jul. 1989. 72p. Texto para discussão n.15.

NASCIMENTO, S. **Campo desigual: Censo Agropecuário do IBGE comprova redução do número de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários brasileiros, aumento na produtividade agrícola e crescimento das lavouras**. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1705350-2869,00.html>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2014.

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Artigo publicado na Revista Agroanalysis. São Paulo: Ed. FVG, março 2002.

RODRIGUES, C. M. **Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil**. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, J. S. **Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária: contexto, interação e ética para a inclusão social**, Campina Grande-PB: EMBRAPA, 2008.